

Livro nº. 6

Folha 67

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*



# **MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2009/2012**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2011/11/28**

*ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO,  
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E ONZE*

----- Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. *Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto – Lei número centos e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro;* -----**
- 2. *Análise e votação da Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;***
- 3. *Análise e votação da Proposta sobre a participação variável no IRS;* -----**
- 4. *Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;* -----**
- 5. *Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;* -----**
- 6. *Análise e votação da Proposta de Regulamento do Cemitério de Moimenta-a-Nova;* -----**
- 7. *Análise e votação da Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade;* -----**
- 8. *Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e doze.* -----**

----- Assumiu a Presidência desta sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, tendo o Senhor Avelino José Antunes Soares assumido o lugar de Primeiro Secretário e o Senhor Guilherme José Coelho Alves o lugar de Segundo Secretário. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Senhores Vereadores Dr. Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado as faltas justificadas dos Senhores Deputados Agostinho Dias Moura, Óscar Rodrigues, Clara Sousa e Vítor Fernandes, sendo os três últimos substituídos, nos

Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves

termos da Lei, pelos Senhores Deputados António Dias da Silva, Alberto Casimiro Gonçalves e Maria Severina Fernandes Loureiro, respectivamente. -----

---- Comprovada a existência de “Quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, começando o Senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

---- Sobre esta matéria foi dado conhecimento de uma petição remetida pelo STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, sobre “A não redução das Autarquias e respectivos funcionários” que foi disponibilizada aos Senhores Deputados para a respectiva subscrição, se assim for o entendimento, e posterior reenvio à entidade em questão. -----

---- De seguida, procedeu-se à análise da acta da sessão anterior que mereceu a intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, relativamente à quinta página, onde consta uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, no seu entender, ao dizer que a Câmara Municipal não é, e cita-se, “*um partido político e, por isso, a distribuição que foi feita de um comunicado do Município no dia da concentração popular na Vila do Gerês é perfeitamente justificada*”, fim de citação, não está correcta, já que o Município é governado por uma força política e assim sendo, face ao que aconteceu no próprio dia da manifestação popular na Vila do Gerês, por causa do encerramento da estação dos CTT, da dita distribuição do comunicado da Câmara Municipal e também da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, irá votar contra o documento. -----

---- Posta à votação, a acta foi aprovada por maioria com um voto contra do Senhor Deputado Alexandre Pereira, do Partido Comunista Português. -----

---- Logo depois, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uso da palavra para sublinhar a importância desta última sessão de dois mil e onze, já que define ou aprova as matrizes que orientarão a vida do Município no próximo ano, em termos de actividades e de orçamento que está sujeito aos apertados constrangimentos impostos pela “troika”. -----

---- Iniciado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que este comunicasse à Assembleia os assuntos que lhe parecessem importantes ou oportunos para conhecimento e análise deste órgão. Assim, o Senhor Presidente da Câmara colocou à consideração da Assembleia Municipal os seguintes temas: situação da TDT (Televisão Digital Terrestre) em Terras de Bouro; informações sobre o prazo para apresentação de propostas de reorganização administrativa do território

em termos de agregação de Juntas de Freguesia e que será até trinta de Janeiro de dois mil e doze (a informação disponível aponta para que o concelho fique entre onze a treze freguesias, comunicou o Senhor Presidente do Município); a existência de duas propostas para aquisição de imóveis por parte do Município: uma proposta da empresa Euroímpica para venda ao Município de uma parcela de terreno que possui na Vila do Gerês, pelo valor de trezentos mil euros (300.000,00 euros); outra proposta da empresa ACF para venda ao Município dos dois pisos do parque de estacionamento coberto que possui da mesma vila, pelo valor de novecentos e setenta mil euros (970.000,00) euros; e ainda um projecto de construção de um passadiço aéreo na avenida principal da Vila do Gerês, apresentado pela Empresa Águas do Gerês. Estes casos deverão ser colocados a esta Assembleia Municipal para análise mais aprofundada e decisão, em futuras sessões. -----

----- Sobre o primeiro assunto apresentado pelo Senhor Presidente do Município, a TDT – Televisão Digital Terrestre em Terras de Bouro, assumiu a palavra nesta sessão, a pedido e a convite do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Diego Gonzales técnico de telecomunicações, que veio a esta sessão informar que a difusão da TDT no concelho, pelo menos nesta fase inicial e prevista até Abril de dois mil e doze, não estará assegurada e esta mudança poderá afectar negativamente a vida social e económica das pessoas, já que a maior parte do território de Terras de Bouro não será abrangida pela cobertura TDT, ficando assim as pessoas “obrigadas” a instalar antenas de satélite ou a subscrever serviços de assinatura para ter acesso à nova forma de transmissão e visualização dos canais televisivos. O Senhor Diego Gonzales fez mesmo um apelo a todos e principalmente aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para que as pessoas adiem a compra de materiais, nomeadamente descodificadores, que podem não vir a ter utilidade se a situação se mantiver. Apelou por fim que esta Assembleia assumira uma posição junto das entidades responsáveis, nomeadamente a ANACOM e a Portugal Telecom, para que o problema da falta de cobertura TDT se resolva até Abril de dois mil e doze, data em que será desligado o sinal analógico a nível nacional. -----

----- Relativamente a esta problemática e na sequência da decisão que a Assembleia Municipal tomou (face à proposta do Partido Social Democrata que se transcreve no parágrafo seguinte) quanto à criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo de fusão administrativa das juntas de freguesia (constituída por três elementos do PS, três do PSD e catorze Presidentes de Juntas de Freguesia do Vale

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

do Homem), presidida pelo primeiro secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Avelino Soares, à qual foi acometida a responsabilidade de redigir uma tomada de posição da Assembleia Municipal e fazê-la chegar às estâncias competentes no âmbito das telecomunicações, dando-lhes conta do descontentamento que pode surgir com a TDT em Terras de Bouro, se entretanto não forem dadas as mesmas condições de acesso aos canais de televisão verificadas na maior parte do território nacional. ----

**PROPOSTA do PSD** -----

1. O "Memorandum de Entendimento" entre Portugal e a Troika – negociado e assinado pelo Governo liderado pelo Eng.º José Sócrates – e que contou com o apoio do PSD e do CDS, entre as várias medidas reformadoras a implementar, previa a Reforma da Administração Local. -----
2. O Programa eleitoral do PS na candidatura às legislativas 2011, denominado "Defender Portugal 2011-2015: As nossas Prioridades Políticas", referia, a páginas 40, o seguinte: "O PS reafirma a sua vontade de promover uma alteração das leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias locais (...) O Governo do PS já tomou a iniciativa de lançar um amplo debate público sobre a reorganização do poder local, em particular ao nível das freguesias."-----
3. O novo Governo do PSD e do CDS lançou, no passado mês de Setembro, o "Documento Verde da Reforma da Administração Local" explicitando os objectivos gerais desta reforma e com um cronograma das ações a seguir de modo a que todo o processo legislativo esteja concluído a tempo de ser aplicado nas próximas eleições autárquicas de 2013". -----
4. Devido a alguma contestação, por parte de alguns autarcas, gerada em torno do documento citado no documento anterior, o PS pediu um adiamento de seis meses da data de apresentação à Assembleia da República da proposta de Lei (junho de 2012), o que inviabilizaria a sua aplicação já nas próximas eleições autárquicas. -----
5. Esta matéria foi abordada na sessão de Setembro desta Assembleia Municipal (AM) pelo sr. Horácio Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Souto, tendo, o Sr. Presidente da AM respondido que iria ser criada uma comissão com a participação das forças políticas representadas neste órgão

*para estudar a aplicação do "Documento Verde da Reforma da Administração Local" às freguesias de Terras de Bouro. -----*

*---- Considerando que se trata de um assunto muito urgente (neste momento já devia estar a decorrer a discussão pública) que não consta da ordem de trabalhos, os deputados municipais eleitos pelo PSD propõem que, na sessão de hoje, seja criada uma comissão para estudar esta matéria de modo a que, na próxima sessão, esta AM possa aprovar uma proposta de reorganização administrativa do Concelho. Manifestamos, desde já, a disponibilidade para que a sessão de Fevereiro seja antecipada para o início do mês a fim de evitar a realização de uma sessão extraordinária que acarretaria custos desnecessários ao Município. -----*

*Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011-----*

*Os Deputados eleitos pelo PSD-----*

*---- Colocada à consideração para discussão e aprovação a proposta supra, foi então decidido constituir a Comissão de Acompanhamento do processo de fusão administrativa das juntas de freguesia, constituída pelos seguintes elementos: do Partido Socialista (PS), os Senhores Deputados Avelino Soares, Alberto Gonçalves e Vítor Mendes; do Partido Social Democrata (PSD), os Senhores Deputados Américo Pereira, Óscar Rodrigues e António Cunha; do Partido Popular (CDS-PP), o Senhor Deputado Agostinho Moura, que se encontrava ausente desta reunião por motivo justificado e que deverá ser contactado para se aquilatar da sua disponibilidade para integrar a Comissão; do Partido Comunista Português (PCP), o Senhor Deputado Alexandre Pereira; das Juntas de Freguesia, os catorze Presidentes das Junta de Freguesia do Vale do Homem, uma vez que as três freguesias do Vale do Cávado reúnem condições para se manterem sem fusão ou agregação. Para presidir à dita Comissão ficou designado o Senhor Avelino Soares, primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Câmara foi convidado a estar presente nas reuniões de trabalho desta Comissão. -----*

*---- Sobre este assunto, o Senhor Deputado Alexandre Pereira declarou que não desejava integrar a Comissão devido à decisão partidária do PCP de não intervir no processo de reorganização administrativa das freguesias, conforme as orientações do*

“Livro Verde da Reforma da Administração Local”, por ser contra a forma como esta reforma administrativa está a ser implementada pelo Governo. -----

---- Após esta fase inicial, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

---- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes Deputados Municipais: Claudino Ferreira, António Pires de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês), Filomena Araújo, Alexandre Pereira e Vítor Mendes. -----

---- Assumiu então a palavra o Senhor Deputado Claudino Ferreira para colocar à consideração da Assembleia um *Voto de Pesar* pelo falecimento do Senhor Alberto Gonçalves Marques, ex-Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira e pai do actual presidente da mesma junta de freguesia, respeitando-se, logo de seguida, após aprovação unânime, um minuto de silêncio em sua memória, como forma pública de elogiar um autarca terrabourense dedicado e um homem que serviu a comunidade de Terras de Bouro durante muitos anos. -----

---- Sobre o falecimento do Senhor Alberto Gonçalves Marques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para enaltecere a postura do ex-Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, com uma vida cívica e política a todos os níveis exemplar, sublinhando a sua total disponibilidade para a concretização do bem comum. -----

---- Ainda sobre este assunto pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira para agradecer as referências e o Voto de Pesar em nome do seu pai, Senhor Alberto Gonçalves Marques. -----

---- De seguida, assumiu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês apenas para referir que a sua intervenção abordaria a situação da TDT no concelho, entretanto já esclarecida no período inicial. -----

---- A intervenção seguinte foi da autoria da Senhora Deputada Filomena Araújo que voltou a referir a necessidade da alteração do dia e da hora para a realização das sessões da Assembleia Municipal. Segunda a Senhora Deputada, torna-se realmente pertinente esta alteração, pois, devido a obrigações profissionais, há deputados que estão impossibilitados de comparecer às sessões desta Assembleia ou para estarem presentes têm sérios constrangimentos na sua vida profissional. Sugeriu a Senhora Deputada Filomena Araújo a sexta-feira à noite como o período mais indicado para as sessões da Assembleia Municipal, demonstrando toda a abertura para discutir a sua proposta. -----

---- Sobre este último assunto interveio o Senhor Deputado Guilherme Alves, Segundo Secretario da Assembleia Municipal, para demonstrar a sua concordância com a proposta apresentada, pois Terras de Bouro é dos poucos municípios do distrito de

Braga que mantém o horário diurno em dia de semana para a realização das Sessões da Assembleia Municipal, havendo várias assembleias municipais de outros concelhos que se realizam ao fim de semana. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida à consideração dos senhores deputados as hipóteses possíveis para as sessões da Assembleia, segunda-feira à tarde, sexta-feira à tarde, sexta-feira à noite e sábado de manhã, sendo escolhida por maioria a sexta-feira à noite e ficando desde logo decidido que a próxima sessão ordinária e primeira de dois mil e doze será a vinte e sete de Janeiro, às vinte e uma horas, isto também devido à necessidade da Assembleia Municipal tomar uma posição sobre o processo de fusão administrativa das freguesias até dia 30 de Janeiro de dois mil e doze. A antecipação da sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Fevereiro para o final de Janeiro foi aprovada por unanimidade, evitando-se, como foi proposto pelos Deputados do PSD, custos desnecessários com sessões extraordinárias. Assim, na próxima sessão desta Assembleia, um dos assuntos da ordem de trabalhos será a "Reorganização Administrativa do Concelho", tendo por base o trabalho que a Comissão criada para o efeito, no seio desta Assembleia, irá desenvolver e apresentar. -----

----- Na sequência desta alteração do dia e hora das sessões da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Vítor Mendes sublinhou e requereu a necessidade de o livro de presenças nas sessões da Assembleia, por uma questão de tratamento de igualdade e de cumprimento do dever, só ser disponibilizado no final das sessões e não no início ou durante estas. O Senhor Deputado lamentou o facto de alguns membros da Assembleia Municipal abandonarem os trabalhos antes de concluída a "ordem de trabalhos", o que tem provocado situações de desconforto entre os membros que cumprem as suas obrigações. -----

----- Ainda sobre a alteração aprovada quanto à hora da realização das sessões da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Avelino Soares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, interveio para referir que aceita democraticamente a alteração, salientando, no entanto, que na sua opinião fica em risco um dos principais objectivos que foi proposto neste mandato autárquico e que se trata da itinerância das sessões deste órgão, de forma a proporcionar a presença e a intervenção dos munícipes. -----

----- Terminado este assunto, usou da palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por referir e cita-se "a pobreza das comemorações do Dia do Município",



fim de citação, ainda que se tenham reunido vários eventos ou acontecimentos, como a Festa de São Martinho ou a visita da delegação de Saint Arnault-en-Yvelines, no âmbito do processo de geminação. Com efeito, sublinhou o Senhor Deputado, realizou-se a apresentação de dois livros, um da autoria do Dr. Agostinho Moura que pouco mais aborda do que, e cita-se, "as misérias do Gerês e outras histórias pouco interessantes que são até patéticas e que poderiam ser apresentadas de outra forma, por exemplo, através de algumas entrevistas sobre a vila do início do passado século, não tendo sequer a intenção de ler tal livro", fim de citação, e outro livro da Professora Rosa Fernanda Moreira da Silva que, e cita-se, "com a sua intervenção na cerimónia a favor do PNPG e depois do que foi feito pelas populações no que diz respeito ao protesto sobre o novo plano de ordenamento do PNPG, até se pode dizer que não foi muito feliz, assim como o próprio livro", fim de citação. Sublinhou ainda o Senhor Deputado a oportunidade perdida de se homenagear um socialista, já que é o partido político que se encontra actualmente na Câmara Municipal, e até se poderia ter lembrado, por exemplo, do Senhor Engenheiro Fausto, ex-Vereador do Município. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os assuntos colocados pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira, tendo afirmado que, no Dia do Município, não foi feita nenhuma homenagem, nem ao Dr. Agostinho Moura nem à Professora Rosa Fernanda Silva, mas tão só a concretização de uma comemoração de índole cultural, com a apresentação de duas obras significativas sobre o concelho de Terras de Bouro e a divulgação da arte plástica de uma terrabourense, a pintora Luzia Teixeira. Sublinhou que sempre que houver obras escritas sobre o Concelho e que valorizem a sua história, cultura, etnografia, etc., mesmo que apresentem aspectos positivos ou negativos sobre o passado, o presente ou o futuro do Concelho, o Município apoiará, sem censura, a publicação dessas obras, independentemente das posições políticas e sociais dos seus autores. O Executivo em permanência já deu provas da sua imparcialidade sobre este e muitos outros assuntos. -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e sobre a proposta do Partido Social Democrata, já aprovada, para a criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo de fusão das juntas de freguesia no Concelho, afirmou a importância e a necessidade de se ter consciência de que deveria também existir um consenso nacional para sair da crise em que nos encontramos. Sobre a comissão proposta, sublinhou a urgência da sua criação, assim como da brevidade da proposta que daí resultar para fazer chegar a mesma às entidades

responsáveis até ao próximo dia trinta de Janeiro de dois mil e doze, reiterando a importância do diálogo inter-freguesias para encontrar soluções consensuais. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se ainda ao “Livro Verde da Reforma Administrativa”, sublinhando que, no caso específico de Terras de Bouro, até poderá beneficiar de certa forma o concelho pois, na sua opinião, com os critérios em causa os meios urbanos são mais penalizados com a anunciada reforma administrativa. -----

----- Intervenção do Público. -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Terminado este período, entrou-se de seguida na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes pontos: -----

- 1. *Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto – Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove de dezoito de Setembro;* -----**
- 2. *Análise e votação da Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;***
- 3. *Análise e votação da Proposta sobre a participação variável no IRS;* -----**
- 4. *Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;* -----**
- 5. *Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;* -----**
- 6. *Análise e votação da Proposta de Regulamento do Cemitério de Moimenta-a-Nova;* -----**
- 7. *Análise e votação da Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade;* -----**
- 8. *Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e doze.* -----**

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente do Município que procedeu à apresentação das actividades do Município e respectivas divisões, realizadas após a última reunião deste órgão, nomeadamente a visita da Comitiva de Saint Arnaud-en-Yvelines, a Festa de São Martinho, o projecto “Bem Envelhecer II”, a mudança do Posto de Turismo da Vila do Gerês, o ponto de situação da revisão do PDM e igual teor sobre o Plano de Pormenor do Bairro da

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

Caniçada e ainda diversas obras de instalação e melhoramento da rede de água e saneamento; prestou também informações sobre a situação económica e financeira do Município, realçando que o valor da receita cobrada pelo Município, até ao dia vinte e um de Novembro, orçava o valor conjunto de operações orçamentais e de tesouraria em nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dezassete euros e dezoito cêntimos. O Senhor Presidente do Município retomou os assuntos por si já apresentado no início desta sessão e que são: uma proposta da empresa Eurolímpica para venda ao Município de uma parcela de terreno que possui na Vila do Gerês, pelo valor de 300.000,00 euros; outra proposta da empresa ACF para venda ao Município dos dois pisos do parque de estacionamento coberto que possui da mesma vila, pelo valor de novecentos e setenta mil euros (970.000,00 euros); e ainda um projecto de construção de um passadiço aéreo na avenida principal da Vila do Gerês, apresentado pela Empresa Águas do Gerês. -----

----- Sobre estes últimos assuntos, assumiu a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para referir que no que diz respeito ao património do Município deverá existir sempre ponderação tanto na aquisição como na venda, aquilatando-se das mais-valias reais sobre estas operações. Se a aquisição do terreno, por se tratar de uma área considerável de 3.500 m<sup>2</sup>, trará provavelmente benefícios para o Município, já a aquisição do parque de estacionamento configura uma daquelas apostas que, na conjuntura actual de crise financeira, não deverá ser concretizada pois não é uma necessidade para o Município. Relativamente à construção de um passadiço sobre a avenida principal da Vila do Gerês, é um assunto a analisar com muita ponderação por todos, tanto pelo Executivo como pela Assembleia Municipal. ---

----- De seguida, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para dizer que, sem dúvida, a aquisição do terreno merece bem o esforço financeiro do Município, pois trata-se de um bom investimento com perspectivas reais de rentabilização e que deve ser negociado o valor apresentado pelo proprietário no sentido de se baixar o preço proposto. Quanto à aquisição pelo Município do parque de estacionamento coberto, propriedade da ACF, não vê muitas vantagens em tal aquisição. Já no que diz à intenção da Empresa das Águas do Gerês construir um passadiço aéreo na avenida principal do Gerês, entre os seus dois hotéis, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga disse não concordar com tal intenção que iria desvirtuar completamente a vila do Gerês, criando um impacto visual muito negativo, tendo sugerido uma passagem subterrânea como alternativa. -----

----- Ainda sobre a possível aquisição do referido terreno na Vila do Gerês, usou da

palavra o Senhor Deputado Vítor Mendes para sublinhar que deveria ser feito um esforço na aquisição do terreno pois, pela sua dimensão e localização, será certamente um bom investimento. -----

--- Por último, o Senhor Deputado Alexandre Pereira questionou porque é que o terreno em causa ainda não foi ou não é alvo de uma expropriação. -----

---- A esta questão o Senhor Presidente do Município respondeu que não se podem expropriar propriedades ao sabor dos interesses do Município, pois as regras para expropriação de terrenos são muito específicas (para equipamentos sociais, vias de acesso e pouco mais) e acrescentou que um processo litigioso de expropriação daquele terreno acarretaria, muito provavelmente, enormes custos financeiros para o Município. Está, por isso, fora de questão a expropriação do referido terreno. -----

---- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis**", o Senhor Presidente da Câmara começou por informar que todos os prédios que ainda não foram até hoje avaliados irão ser alvo por parte das finanças de uma processo de cadastro e avaliação, o que em alguns casos irá fazer aumentar de forma significativa o IMI a pagar pelos proprietários. Relativamente ao IMI para o ano de 2012, apresentou a seguinte proposta, já aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal: -----

---- **Proposta:** Que a taxa referida na al. b) do nº. 1 do artigo 112.º do CIMI seja fixada em 0,6% (prédios não avaliados); que a taxa referida na al. c) do mesmo número e artigo do CIMI seja fixada em 0,3% (prédios novos ou avaliados). -----

--- O Presidente da Assembleia abriu um período de inscrições para intervenções sobre este assunto, tendo-se registado a intervenção do Senhor Deputado Alberto Casimiro Gonçalves para referir que as actualizações efectuadas em alguns prédios, fruto de reestruturações desses mesmos prédios, penalizam depois os novos proprietários ou quem fez as obras de melhoramento, o que não é justo e cria situações de desigualdade bastante salientes. -----

.---- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. ---

---- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS**", o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou o uso da palavra, referindo que, à semelhança do ano de

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

dois mil e onze, a percentagem de IRS pretendida pelo Município se mantém nos cinco por cento, para que o Executivo Municipal possa continuar a prestar alguns apoios sociais. -----

----- Aberto, de seguida, o período de inscrições para intervenções, pediu o uso da palavra o Sr. Deputado Alberto Casimiro Gonçalves, para perguntar onde incide a taxa a aplicar do IRS. -----

----- Retorquiu de imediato o Senhor Presidente, dizendo que tal valor incide sobre o valor da dedução à colecta. -----

----- De seguida, e dado não existirem mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, "**Análise e votação da Proposta sobre a Derrama**", foi aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta, que fixa os seguintes valores: lançamento de uma derrama de 1,2% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e uma taxa reduzida de derrama, de 0,05%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros (150.000,00). -----

----- Após a leitura do documento, colocou à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

- Seguidamente, foi apresentado o quinto ponto da ordem de trabalhos, "**Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem**", apresentando o Senhor Presidente da Câmara Municipal a seguinte proposta, já aprovada pelo Executivo Municipal: Proposta: (...) ao abrigo do número dois do artigo centésimo sexto do referido diploma legal o estabelecimento de uma TMDP, para o ano de dois mil e doze é de zero vírgula vinte e cinco. -----

----- Aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido, de imediato o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto cinco da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- A sessão prosseguiu com a apresentação do sexto ponto da ordem de trabalhos: "**Proposta de Regulamento do Cemitério de Moimenta-a-Nova**". O Senhor Presidente do Município justificou este ponto da ordem de trabalhos pelo facto de agora ser o Município a assumir a gestão daquele espaço. A proposta de regulamento já foi aprovada pelos moradores dos Lugares de Moimenta-a-Nova e Moimenta-a-

Velha e pelo Executivo Municipal. Acrescentou que a Câmara Municipal já tinha procedido a obras de requalificação desse cemitério. -----

---- O período de inscrições para intervenções foi aberto de imediato pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não se tendo registado qualquer pedido e colocado à votação o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, este foi aprovado por unanimidade. -----

---- O sétimo ponto da ordem de trabalhos, **“Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade”**, foi apresentado pelo Senhor Presidente do Município que explicou o porquê da proposta de alteração ao regulamento supra devido aos constrangimentos que existiam até aqui com a simples atribuição dos valores monetários previstos no regulamento ainda em vigor. Assim, foi decido por unanimidade em reunião do Executivo e é agora proposto a esta Assembleia que o apoio a conceder aos recém-nascidos no Concelho seja através de um “cheque farmácia”, com um valor aproximado de seiscentos e cinquenta mil euros(650,000 euros), para custear a vacinação necessária às crianças, principalmente aquelas vacinas que não têm uma comparticipação significativa ou até sem comparticipação por parte do Estado. Com esta proposta, o Município estará a contribuir para a saúde das crianças e fica salvaguardado o apoio efectivo ao recém-nascido e não aos seus pais, que gastavam o dinheiro “oferecido” pelo Município como bem quisessem, salientou o Senhor Presidente do Município. -----

---- Sobre este ponto interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, realçando o facto de este apoio agora incidir mais sobre quem precisa, que são as crianças, retirando-lhe um pouco a faceta de “subsídio” que o caracterizava. Concorda com a alteração proposta porque assim não haverá dúvidas de que os beneficiários do apoio serão mesmo as crianças e, por outro lado, promover a saúde das crianças é muito importante. Relativamente aos apoios e subsídios dados pelo Estado e pelas autarquias, de uma forma geral, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para referir as gritantes injustiças que esses apoios muitas vezes se revestem por assentarem nas declarações do IRS. Estas situações de injustiça são um problema nacional que urge combater e denunciar. -----

--- Ainda sobre a mesma temática, pediu a palavra o Senhor Deputado Alberto Casimiro Gonçalves para alertar para o facto de, eventualmente, serem concedidos apoios a quem tem rendimentos muito altos, pois nem sempre, infelizmente, as

declarações de IRS aclaram a situação financeira das famílias. -----

--- Colocado de seguida à votação, o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, **“Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2012”**, o Sr. Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para proceder a uma apresentação abreviada do “Documento” que já havia sido remetido aos Srs. Deputados com a devida antecedência. No que se refere ao Plano de Actividades, o Senhor Presidente recordou que este é colocado à Assembleia Municipal numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde dois mil e dez, afecta gravemente o país e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra e a diminuição da qualidade de vida a assumirem contornos dramáticos. Continuando, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que o Plano foi elaborado com a preocupação de responder às dificuldades previsíveis e por isso contou com a importante colaboração dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que, compreensivelmente, apelaram, sobretudo, à resolução de situações prioritárias nas suas freguesias. -----

----- No que diz respeito à concretização de projectos e obras, tanto públicas como particulares, todos devem ter consciência dos vários constrangimentos que “asfixiam” o concelho: um PDM inadequado e cuja revisão se arrastará no tempo; um Plano de Ordenamento do PNPG e um Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) que limitam o desenvolvimento do território e a concretização das potencialidades turísticas do nosso concelho; uma Reserva Ecológica e uma Rede Natura 2000 que abarcam cerca de 95% do concelho e impedem assim intervenções no território. Mais salientou o Senhor Dr. Joaquim Cracel Viana que o Governo, em 2010, reduziu as transferências do Orçamento de Estado para o nosso município em cerca de 236.000,00 euros e, em 2011, essa redução foi de cerca de 500.000,00 euros e para 2012 já está definida uma nova redução no valor de 283.000,00 euros em relação a 2011. Ora, em apenas dois anos e meio, Terras de Bouro perdeu cerca de 1.020.000,00 euros de receita e com essa verba estaríamos, frisou o Senhor Presidente do Município, numa situação financeira bem folgada que, a par das candidaturas aos fundos comunitários, permitiria mais obras e investimentos num montante superior a cinco milhões de euros 5.000.000,00 euros. A verdade é que, sem dinheiro para investir não será possível concretizar estratégias de desenvolvimento ou

combater a desertificação, contudo, não serão descuradas nem abandonadas obras fundamentais para Terras de Bouro, além das evidentes e necessárias como o alargamento e beneficiação das redes de água e saneamento, a beneficiação da rede viária municipal, a requalificação de espaços públicos, equipamentos de protecção civil e projetos de dinamização do turismo, destacando-se a aposta clara nas obras que possam promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações, salientando a requalificação das margens da Albufeira da Caniçada e a construção da praia fluvial do Alqueirão, a construção do Parque da Vila na sede do concelho, a requalificação do campo desportivo do Gerês, a requalificação da vila termal do Gerês, as obras do projecto “Natur Parque”, entre outros. De igual forma, serão concluídos os projectos em curso: a piscina municipal, a modernização e interligação dos serviços municipais, o projecto Cávado Digital, a gestão e prevenção de risco no âmbito da protecção civil, o projecto “Água Cávado”, etc. -----

----- O Senhor Presidente apresentou também os objetivos principais e estratégicos em dois mil e doze para o concelho de Terras de Bouro, a saber: continuar o equilíbrio das contas do município; promover o emprego; combater a perda da população; melhorar a qualidade de vida e bem-estar das populações e tornar o concelho atractivo ao turismo e ao investimento. Sublinhou também várias actividades que considerou significativas em diversos domínios e salientou as actividades de âmbito social, como a promoção do emprego e também a melhoria das acessibilidades, o desenvolvimento das redes de água e saneamento, a aposta na habitação, o turismo, o apoio da Câmara Municipal aos agricultores, a conservação do património edificado, a importância dada à educação e à cultura, a dinamização das actividades para a terceira idade, orientação e apoio aos jovens com a criação do Espaço Jovem e o apoio financeiro e logístico às entidades desportivas do concelho que ainda assim irá traduzir-se numa redução de cerca de 20.000,00 euros para as duas colectividades federadas, a Associação Desportiva de Terras de Bouro e o Grupo Desportivo do Gerês. Sublinhou ainda o Senhor Presidente do Município a importância da câmara municipal na acção social e na saúde, referindo o papel da “Loja Social” com a angariação e distribuição de ofertas de bens, assim como um programa de educação para assimilação de hábitos de alimentação saudável (nutricionismo) nas escolas do concelho; a preocupação constante do município com o ambiente, apoiando todas as iniciativas para o efeito, tanto na “Porta do PNPG como as promovidas pelas escolas



do concelho ou outras; a continuação do esforço da câmara municipal junto das entidades que tutelam o território pela elaboração de planos de intervenção no âmbito da protecção civil e segurança e ainda o esforço importante na melhoria e eficácia dos serviços municipais (interligação) com a continuação da modernização dos mesmos, através do "Simplex Autárquico" e a criação do "Balcão Único", assim como a actualização constante do sitio do município na Internet. -----

---- Depois, procedeu ainda à apresentação das contas (receita e despesa) para 2012, no montante de doze milhões de euros. -----

---- Aberto, de seguida, o período de inscrições para intervenções, pediu, em primeiro lugar, o uso da palavra o Sr. Deputado Alexandre Pereira para questionar o Senhor Presidente do Município sobre os seguintes assuntos: se houve despedimentos no "Intermarché" de Terras de Bouro; qual a duração das obras no Campo de Futebol da Pereira, no Gerês, e a oportunidade destas, pois parecem mal planeadas já que obrigam o Gerês a treinar e jogar "fora de casa"; e ainda se houve ou não precipitação nas anunciadas praias fluviais no Rio Homem, pois até agora nada se fez. -----

---- Continuando, o Senhor Deputado Alexandre Pereira, e no âmbito das Grandes Opções do Plano para 2012, questionou o Senhor Presidente do Município sobre o ponto da situação da obra de requalificação da Capela Mortuária de Pereiró e a eventual cedência de água ao Município pela Comissão de Baldios de Vilar da Veiga. O Senhor Deputado perguntou também ao Senhor Presidente sobre o porquê da não cedência da Escola Primária de Admeus à Comissão de Baldios de Vilar da Veiga depois de tal ter sido abordado com o Senhor Presidente. Será que tal se deve a uma medida de retaliação política pela manifestação pública promovida pelo PCP devido ao encerramento dos CTT na Vila do Gerês? Questionou. -----

---- Depois usou da palavra a Senhora Deputada Elisa Antunes que começou por comunicar a todos os presentes que no âmbito da criação de emprego em Terras de Bouro, assunto já hoje abordado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, também o Centro de Solidariedade Social de Valdosende deu o seu importante contributo, já que, ao longo do último ano, criou oito postos de trabalho, o que é muito relevante para a comunidade local. -----

---- Prosseguindo a sua intervenção, questionou a forma de obtenção dos quadros interactivos para as escolas do concelho e também abordou as poucas obras que, na sua óptica, têm sido feitas na sua freguesia, que é Valdosende. Com efeito, além das obras de requalificação e pavimentação de acesso à sede da Junta de

Freguesia, pouco mais se tem feito. Questionou qual o ponto da situação dos lotes cedidos pela EDP ao Município e se não há mais obras previstas para Valdosende. Referiu também que a Câmara Municipal deverá apostar num incentivo forte que leve à fixação dos jovens no concelho, tentando contrariar a tendência negativa de saída dos jovens, verificada nos últimos anos. A Senhora Deputada Elisa Antunes concluiu a sua intervenção, alertando também para as constantes faltas de água no Verão, situação que deveria ser revista para evitar os constrangimentos que aconteceram neste ano. -----

---- A seguir interveio o Senhor Deputado Vítor Mendes que começou por afirmar ser a sua intervenção uma forma de declaração de voto para se congratular, conjuntamente com a bancada socialista, com as medidas tomadas e as actividades apresentadas nas Grandes Opções do Plano para 2012, já que se ajustam à realidade do concelho e têm em conta as dificuldades financeiras que o país e as autarquias atravessam. -----

---- Já a intervenção posterior, do Senhor Deputado Américo Pereira, foi no sentido de afirmar a abstenção do Partido Social Democrata para o plano de actividades e orçamento do próximo ano, pois os membros do PSD não se revêem nas actividades propostas, tendo em vista a criação de emprego e a fixação dos jovens.

---- Ainda neste período, usou também da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para, no que diz respeito ao assunto do consumo, por vezes abusivo, de água, sugerir que nos meses de Julho, Agosto e Setembro deveria ser introduzida a "modalidade de utilizador-pagador", consciencializando assim as pessoas sobre o uso intensivo e por vezes desmesurado de água num período sempre complicado como é o Verão. -----

---- Seguidamente pediu a palavra o Senhor Deputado Guilherme Alves para referir que no que concerne às obras para Valdosende, também ele abordou muitas vezes o anterior Executivo municipal sobre esse assunto e agora deixa à consideração da actual administração camarária o desenvolvimento das obras que estão previstas, como é o caso do projecto "Água Cávado" para a área de Valdosende, além do evidente reconhecimento e parabéns que é preciso dar pela conclusão do protocolo de venda das casas do Bairro da EDP aos moradores e que se irá concretizar muito em breve. No entanto, deixou o seu lamento por Valdosende ser ainda a única freguesia sem um acesso directo ao espelho de água da albufeira da Caniçada o

que a prejudica, principalmente, em tempos de veraneio, sendo assim uma situação que deve ser tida em conta pelo Executivo municipal, o mais breve possível. -----

--- Por último e para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente afirmou não ter conhecimento, até ao momento, de qualquer despedimento no "Intermarché" de Terras der Bouro, embora isso possa acontecer nos meses de Inverno, com a redução previsível de clientes. O seu papel, enquanto presidente do Município, é apelar ao dono do Intermarché que evite despedir funcionários. Lembrou que a Câmara Municipal não tem intervenção directa na gestão das empresas particulares. Quanto às obras na Capela Mortuária de Pereiró, as mesmas estão previstas no Plano de Actividades para dois mil e doze. Quanto à cedência da Escola de Admeus à Comissão de Baldios de Vilar da Veiga, o Senhor presidente informou que há outras instituições, também de carácter social e comunitário, interessadas nesse espaço e que é necessário definir prioridades, o que ainda não fez e, por isso, ainda não tomou uma decisão. -----

---- Relativamente à duração das obras no Campo de Futebol da Pereira, no Gerês, e a oportunidade destas, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as obras têm um prazo previsto de três meses, se o tempo assim o permitir. As obras de requalificação daquele espaço desportivo são oportunas e justificam-se plenamente por três motivos: serão um incentivo decisivo à prática desportiva, sobretudo entre os mais jovens; resolvem uma desigualdade entre o Vale do Homem, que conta já com um recinto desportivo com piso sintético, e o Vale do Cávado que passará a dispor de idênticas condições para a prática desportiva; e ainda porque a requalificação do recinto desportivo será um motivo para que equipas profissionais de futebol possam vir estagiar para o Gerês, contribuindo assim para a dinamização do sector hoteleiro e para a divulgação do Gerês e do concelho. -----

--- Quanto ao planeamento das obras no referido recinto desportivo, o Senhor Presidente do Município concorda que deveriam ser realizadas durante o Verão, de forma a minimizar o seu impacto na organização das provas desportivas em que o Grupo Desportivo do Gerês está envolvido, mas o início das obras foi demorado devido à consulta de várias empresas do ramo e à obtenção de orçamentos compatíveis com as possibilidades do orçamento municipal. Foram necessárias muitas reuniões, visitas e propostas antes de se adjudicarem os trabalhos. O que

importa é que o Grupo Desportivo do Gerês e toda a população do concelho, sobretudo do Vale do Cávado, terá mais um espaço desportivo com qualidade que dignificará todo o concelho e a Vila do Gerês em particular. Relativamente às praias fluviais no Rio Homem, o Senhor Presidente esclareceu que é necessário enfrentar muitas barreiras e obstáculos criados pelo ICNB e pela CCDR-N, uma vez que o Rio Homem, em Terras de Bouro, é considerado um espaço privilegiado de protecção da natureza. Contudo, os projectos estão em curso e o Executivo municipal lutará por eles. A propósito de praias fluviais, o Senhor Presidente informou que está prevista para o ano de dois mil e doze a construção da praia fluvial do Alqueirão, em Vilar da Veiga. -----

---- Prossequindo a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por elogiar e dar os parabéns pelo trabalho social e pela criação de emprego por parte do Centro de Solidariedade Social de Valdozende. Às questões ou situações colocadas pela Senhora Deputada Elisa Antunes, respondeu que há obras projectadas e aprovadas para Valdosende no valor de 700.000,00 euros, no âmbito do projecto "Água Cávado" e que, durante o ano de 2012, irão requalificar algumas áreas daquela freguesia. Relativamente aos quadros interactivos para as escolas do concelho, esclareceu que só as escolas públicas usufruíram dessa tecnologia. Esclareceu também que os lotes cedidos pela EDP ao Município estão a aguardar o agendamento, por parte da EDP, da respectiva escritura de cedência. ---

---- Quanto à fixação dos jovens no concelho, tentando contrariar a tendência negativa dos últimos anos, o Senhor Presidente da Câmara salientou que estão em curso algumas medidas de apoio aos jovens, como a oferta de projectos para construção de habitação e o apoio à criação de empresas e ao empreendedorismo. A falta de emprego é o maior obstáculo à fixação dos jovens e para resolver esse grave problema social, sem uma política nacional que estimule o emprego e sem o desenvolvimento económico do país, tão reprimido com as medidas impostas pela Troika que estão a ser extremadas pelo actual governo do país, não se vislumbram soluções fáceis. Se alguém tem soluções para esse flagelo social, que é a falta de emprego, que as diga ou divulgue rapidamente, pois resolverá os problemas do nosso país e de muitos países da Europa. É fácil apontar as causas, é difícil encontrar soluções, comentou o Senhor Presidente do Município. -----

---- Já quanto aos problemas de abastecimento de água, o Município, segundo o

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Senhor Presidente, tem sempre resolvido os problemas dentro das suas possibilidades. Informou que, no presente ano, conseguiu resolver o problema do abastecimento de água no lugar do Assento, em Valdosende, com o aluguer de uma captação de água particular. Por exemplo, o Centro de Solidariedade Social de Valdozende não sentiu os problemas de falta de água que se arrastavam há vários anos. O Senhor Presidente aproveitou a ocasião para agradecer ao Senhor Abílio Guedes, morador no lugar do Assento, em Valdosende, o aluguer da captação de água que veio resolver o problema de abastecimento de água naquele lugar. No entanto, o Executivo está consciente deste problema em várias zonas do concelho e tudo está a fazer para os resolver, tendo sublinhado que este Executivo em dois anos já investiu perto de um milhão de euros em água e saneamento. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu o voto favorável e as palavras de incentivo da bancada do Partido Socialista, relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento Municipal para dois mil e doze, proferidas pelo Senhor Deputado Vítor Mendes. -----

---- Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de freguesia do Campo do Gerês, o Senhor Presidente do Município concorda com a proposta de que as pessoas que gastam ou consomem água em demasia devem suportar custos acrescidos por esse comportamento. A água é um bem escasso e muito caro para o Município e os consumidores devem ter plena consciência disso, concluiu. -----

---- Por último, e tendo em conta as considerações do Senhor Deputado Guilherme Alves, o Senhor Presidente comprometeu-se em encontrar uma solução para que a freguesia de Valdosende possa ter um acesso de automóvel, com condições, ao espelho de água da Albufeira da Caniçada. Efectivamente, concorda o Senhor Presidente, é uma infra-estrutura necessária para aquela freguesia e para todo o concelho. -----

---- Posteriormente, e dado não existirem mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com sete abstenções, todas do Partido Social Democrata e um voto contra do senhor deputado do Partido Comunista Português. -----

---- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos os presentes "*Votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano Novo*", dando por encerrada a sessão, eram 18:50 horas, da qual se lavrou a presente acta

que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

O Secretário

Paulo Ruy Sousa